



## PÓS-ABOLIÇÃO, INTELLECTUAIS NEGROS E PROJETO DE BRASIL: NOTAS DE UM ESTUDO

*José Jorge Siqueira<sup>1</sup>*

**Resumo:** Trata-se de um estudo em curso. No caso, alinhavamos as linhas mestres do trabalho, seja do ponto de vista da heurística a ser percorrida, sua metodologia, seja das suas preocupações teóricas e em teoria do conhecimento. Outrossim, alinhavamos o perfil de nosso primeiro intelectual negro a ser analisado: os quilombos como intelectuais, como uma inteligência historicamente coletiva, a mais longeva da historicidade brasileira.

**Palavras-chave:** Estudo em curso; intelectuais negros; projeto de Brasil; história; singularidade do ponto de vista.

### POST ABOLITION, BLACK INTELLECTUALS AND BRAZIL PROJECT: NOTES FROM A STUDY

**Abstract:** This is an ongoing study. In this case, we align the master lines of work, both from the point of view of the heuristic to be covered, its methodology, both from its theoretical concerns and from the theory of knowledge. In addition, we aligned the profile of our first black intellectuals to be analyzed: the quilombos as intellectuals as a historically collective intelligence, the longest in Brazilian historicity.

**Key-words:** Ongoing study; black intellectuals; Brazil project; history; uniqueness of point of view.

### POST ABOLITION, NOIR INTELLECTUAIS ET PROJET DE BRÉSIL: NOTES D'UNE ÉTUDE

**Résumé:** C'est une étude en cours. Dans ce cas, nous avons aligné les lignes de travail principales, à la fois du point de vue de l'heuristique à couvrir, de sa méthodologie, à la fois de ces préoccupations théoriques et de la théorie de la connaissance. De plus, nous avons aligné le profil de notre premier intellectuel noir à analyser: les quilombos en tant qu'intellectuels comme une intelligence historiquement collective. La plus longue de l'historicité brésilienne.

**Mots-clés:** Étude en cours; intellectuels noirs; projet de Brasil; histoire; unicité du point de vue.

### DE LA ABOLICIÓN, INTELLECTUALES NEGROS Y PROYECTO DE BRASIL: NOTAS DE UN ESTUDIO

**Resumen:** Se trata de un estudio en curso. En el caso, alineamos las líneas maestras del trabajo, sea desde el punto de vista de la heurística a ser recorrida, su metodología, sea de sus preocupaciones teóricas y en teoría del conocimiento. Además, alineamos el perfil de nuestro primer intelectual negro a ser analizado: los quilombos enquanto intelectuales como inteligencia historicamente colectiva, la más longeva de la historicidad brasileña.

**Palabras-clave:** Estudio en curso; intelectuales negros; proyecto de Brasil; historia; singularidad del punto de vista.

---

<sup>1</sup> Historiador. Pós-Doutorando/Instituto de História/IFCS/ UFRJ. E-mail: jjsiqueira@globo.com



1997. Vamos fotografar em instantâneo o Brasil. Fixar o país no tempo, a fim de revelar pormenores de uma memória, de uma imagem consagrada em nossa visão, mais, em nossa vivência do dia-a-dia. Como é natural, o olhar irá ressaltar o que mais lhe aprouver; a liberdade de escolha é a única condição.

Há um detalhe fundamental nesta fotografia: foi batida a mais de cem anos atrás, precisamente em XV de Novembro de 1889, no Rio de Janeiro, mas guardou-se cuidadosamente o filme para revelar o país inteiro em 1997. Neste ano o índice Gine, realizado pela Organização Mundial de Saúde, flagrou o Brasil no topo do mundo em termos de desigualdade social: 54% da população recebendo até US\$ 70,00 mensais. O analfabetismo funcional atingindo 9% dos brancos, e 22% dos negros (pretos e pardos), acrescentando-se a isso o que o referente livro de Carlos A. Hasenbalg, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, denominou por “desigualdades cumulativas”, é preciso dizer alguma coisa a mais?! Ainda Thomas Piketty e equipe revelaria objetivamente tendências, em *O Capital no Século XXI*, do alto de dados internacionais jamais reunidos até então em um estudo de longo prazo sobre o tema (rendimentos derivados do trabalho, renda do capital, a origem da disparidade de renda, colocados em perspectiva histórica), haja visto as incríveis facilidades proporcionadas pelos sistemas de informação computadorizados hodiernos, reunidos especialmente na World Top Incomes Database (WTID). É então enfático: a educação foi e é decisiva no combate às desigualdades.

Neste rumo nos parece óbvio o destino dessa nau tropical, a caminho de mares nunca de antes navegados em termos ético-existenciais, ecológicos, de estética social, de honrar enfim este cadinho magnífico do planeta nos deixado de herança por nossos antepassados históricos. Motivação, por tanto, muito mais importante que resultados pura e simplesmente econômicos; nestes, aliás, o país já alcançara a proeza de 8ª economia do mundo. É, por exemplo, incomparável o grau de letalidade e abrangência sociais da capoeiragem e da navalha, dos jagunços e espingardas Brasil afora registrados à época em que a referida fotografia foi batida, face ao grau atual do banditismo socialmente enlouquecido do narcotráfico e dos fuzis AR-15. Daqueles Jorge Amado, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, deram

conta, e desses últimos quem os dará, a Cidade de Deus? Um dos maiores índices de evasão escolar no ensino médio em termos de América Latina?

O mesmo se poderia dizer face ao acúmulo incomensurável das mazelas sociais alcançadas pelo processo crescente de favelização do país (Manaus, Belém, São Luís, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, quem mais?); favelas perceptíveis até mesmo no sertão – sim, há favelas na imensidão do meio rural brasileiro, onde a terra, mesmo quando vazia, é toda cercada de arame farpado.

No dia 13 de Maio de 1981 celebrou-se o centenário de nascimento do “mulato ou negro como quiserem”, diria o homenageado Afonso Henriques de Lima Barreto em Nota de Diário Íntimo de 26 de dezembro de 1904. Na referida celebração de 1981 repetem-se as numerosas edições de seus romances mais conhecidos, parte deles traduzidos para o francês, o inglês, o espanhol, o alemão. Há teses de doutoramento sobre sua obra na Universidade de São Paulo, de Nova York, de Roma, igualmente ensaios importantes a propósito assinados por gentes como Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Osman Lins, Alfredo Bosi, Nicolau Sevcenko. Mais recentemente publicou-se toda a sua crônica em dois volumes (2004), também sua prosa seleta (2011), seus contos completos (2013), suas impressões de leitura e outros textos críticos (2017).

Alguém poderia imaginar se tratar de alguém mal-sucedido na vida? Que pagara um preço altíssimo por ter assumido literariamente a condição histórico-sociológica de ser um negro ou mulato como quiserem. Ainda que negro mulato suburbano intelectualmente digamos “dândi” - numa versão superficial a lhe negar ainda uma vez a humanidade -, pois conhecedor de Rabelais, Rousseau, Diderot, Victor Hugo, Flaubert, Balzac, Anatole France, Cervantes, Dante, Schopenhauer, Nietzsche, Camões, Shakespeare, Eça de Queiroz, Dostoievski? Se poderia imaginar ser alguém fracassado no projeto de ser um “doutor” por absoluta inadaptação a um ambiente que não lhe cabia, por patinho feio, ou na realidade por ser ele um cisne negro?

Entretanto, justamente aí neste homem de letras, casado com a literatura, como dizia de si mesmo, instalou-se um ponto de fuga extremamente perspicaz, um observatório de posição extremamente complexo e rico de possibilidades, capaz de



revelar uma realidade que se apresentava aos olhos justo de alguém a quem era negada a condição de aceitação minimamente razoável. Lima Barreto não seria o primeiro nem o último a ocupar o dilacerante posto estratégico de observação – tal circunstância, no Brasil, é especialmente cara ao meio social negro. Mas ele não deixou por menos: a realidade rude e turbulenta oculta por detrás da fachada de sociabilidade representada nos beneficiados da *belle époque* no caso foi por ele desnudada em suas tensões e fissuras, ao ambientar complexa rede de personagens sociais em inimagináveis lugares e níveis sociais da República do Bruzundangas. Quase nada lhe escapou à observação: interiores domésticos dos lares burgueses e populares, estabelecimentos de grande e pequeno comércio, cassinos e bancas de jogo do bicho, festas e cerimônias burguesas, cosmopolitas, cívicas e populares, bares, malocas, bordéis, alcovas, pensões baratas, hotéis, freges, cortiços, favelas, prisões, hospícios, redações, livrarias, confeitarias, interior de navios, trens, automóveis e bondes, zonas rurais, ruas, praias, jardins, teatros, cinemas, escolas, academias, ligas cívicas, casernas, cabarets, cemitérios, circos, tribunais, oficinas.

Ainda mais, sua percepção aguda da sordidez possibilitou revelar aspecto fundamental da organização daquela sociedade, espinha dorsal de sua constituição e lógica de reprodução, coisa que nem as ciências sociais o fariam à época com tamanha clarividência: expunha, numa obra que não fora de pouca monta, o caráter subalterno da sociedade no concerto do capitalismo mundial emergente. Consequentemente a subalternidade de sua produção cultural no sentido o mais amplo, envolvendo o mundo das políticas públicas, a criação científica, o arrivismo social e existencial, o racismo igualmente social etc. Ironicamente sob a idéia de “bovarismo”, advinda da cultura européia (sim, pois nosso grande dilema sempre foi o de acertar o bom termo entre o cosmopolitismo e o local) Lima Barreto porá em análise fina através de sua produção literária (inclusive jornalística) as transformações da *belle époque da capital federal*. Examinaremos detidamente essa peculiaridade de sua obra mais adiante neste trabalho.

Tal descortino presente na obra de Lima Barreto vem de encontro às preocupações heurísticas deste trabalho, pois estaremos buscando as motivações estruturais daquelas circunstâncias histórico-sociológicas expressadas no caso pela criação literária. Já Antonio Candido alertava para o fato de que, diferentemente do que



sucedem em outros países, a literatura no Brasil no limiar do século XX até a década de 1930, mais que a filosofia e as ciências sociais, ter sido o fenômeno central da vida do espírito; as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade quase sempre assumiam nesse momento a forma literária. Mesmo na linha do ensaio não será difícil - continua - perceber a convivência da pesquisa puramente de corte científico, com a imaginação e a arte, presentes n'Os Sertões de Euclides da Cunha, em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. (Candido, 1976, p. 30) Pois então, o que são as permanências reveladas pelo tempo em aguarrás?

Vamos então buscar na originalidade desse meio social nitidamente singular na história do país as alternativas criadas como respostas àquelas situações constrangedoras contextualizadas no tempo. No caso, fosse diante do processo abolicionista e do advento da República como fenômenos quase conjugados (e subsequentes projetos de Brasil); fosse diante de expressões culturais múltiplas em momentos variados da história republicana. Tendemos a propor ser a alacridade de viver, que se ergue além da dor, expressada na musicalidade, na dança, num certo espírito de pertencimento étnico, numa religiosidade que se mistura a tudo isso, os trunfos fundamentais com que contou o meio social negro para conviver e enfrentar as circunstâncias extremamente adversas, de emparedamento, típicas do contexto republicano pós-abolicionista. Observando-se as devidas especificidades nacionais, há pistas bastante abalizadas de que tal marca cultural é mesmo característica digamos assim “atlântica”, pan-africana, a se disseminar pelos EUA, Caribe e América do Sul.

Nos intreressam em especial as avaliações que se tecem sobre as circunstâncias sociais desse pertencimento étnico em alguma medida, as ponderações que se fazem sobre si mesmos, dadas as origens africanas e diante de uma sociedade que se quer branca e ocidental. Façamo-lo assumidamente através de grandes personagens negras, todavia marcadas por esse viés da condição étnica. Quase todos de projetos fracassados em sua época, ainda que hoje muitas vezes cortejados pela academia, possuem nomes de ruas, bustos em praças públicas, a reverência dos seus – ao vencedor as batatas?

Façamo-lo enfim não ao modo das biografias, antes, vamos buscar a abordagem de temas, enredando nossos ilustres personagens no corpus heurístico da pesquisa. Com



o discurso, com a cor, o ritmo, o som da palavra João Cruz e Sousa e sua nostalgia, Afonso Henriques de Lima Barreto e uma literatura como posto de observação da cena racial e sociológica, Chiquinha Gonzaga e a condição da musicalidade popular na capital federal; Milton Santos e a crítica da condição pós-moderna e terceiro mundista, Mestre Didi e a ontologia do Ser africano-brasileira. À feição teórica de Antonio Gramsci, em *Os intelectuais e a organização da cultura*, quando tece considerações sobre o que seria um intelectual orgânico, acrescentemos um outro tipo de personagem do meio social com as mesmas premissas de pesquisa dadas aos demais: os quilombos, como intelectuais coletivos, de inteligência histórica coletiva, quase sempre anônima, longevos ao longo de toda a historicidade brasileira de cabo a rabo; capaz de ter produzido toda uma práxis de conhecimento e experiências diversas de ensinamentos inestimáveis e abrangentes ao longo do tempo e das transformações, como sublinharemos mais adiante. Ou seja ainda, como puderam eles oferecer toda uma experiência singular à história da sociedade brasileira, sob aspectos ainda hoje fundamentais ao nosso devir.

Nossa premissa básica é a de que a chamada Questão do Negro na moderna sociedade brasileira não é nunca foi assunto de “minorias”, pontual, restrito aos temas culturais. Ao contrário, defendemos enfaticamente seu caráter estrutural impregnado e impregnando as transformações as mais radicais (no sentido de raiz) do devir histórico brasileiro. Vem daí a necessidade de dimensionar tal questão a temas os mais abrangentes, como o dos modelos de desenvolvimento, as visões da economia política como pensada no Brasil para a idealização dos diversos e diferentes programas de planejamento república afora etc.

Com esta abrangência, estamos nos precavendo dos avisos contidos, por exemplo, no Prefácio do livro *Da nitidez e invisibilidade. Legados do pós-emancipação no Brasil*, de Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues, quando a historiadora Barbara Weinsten da New York University chama atenção para o fato de uma série de críticas surgidas na historiografia estarem a alertar sobre as limitações presentes nas pesquisas a propósito de “grupos identitários”, por “homogeneizar” ou “essencializar” tais grupos, descartando com isso “nuances” e “complexidades” em favor de uma narrativa politicamente “útil”. Neste sentido é que recupera a reflexão do *insight* de Joan

Scott em famoso artigo quando esta se pergunta se é possível recuperar a história dos excluídos e/ou oprimidos sem sacrificar as “sutilezas” e “complexidades” históricas. E mesmo, continua, se pode este empenho de recuperação ter repercussão mais abrangente na construção de conhecimentos históricos.

Nossa precaução segue abalizada pela quase ausência de um debate enriquecedor nestes termos entre nós – a rigor, o que se poderia estender ao debate teórico-metodológico em geral por aqui -, pois deixa bastante claro o alerta, fortemente subentendido os perigos a que podem estar sujeitas tais perspectivas de análise. Todavia, no Brasil, justo a Questão do Negro suscitou uma pioneira crítica contundente ao que se produzia nas ciências sociais em meados do século XX no país. E isto realizado por um sociólogo negro, a partir dessa condição, quando ao analisar o “problema” reconhecia o mimetismo precário predominante à época nestes termos, a copiar exatamente dos EUA as teses “raciais” sem o devido depurar crítico face à autenticidade cognitiva histórica original do país – estamos nos referindo a Alberto Guerreiro Ramos especialmente em *Introdução crítica à sociologia brasileira*.

Nosso estudo trata de se resguardar daqueles avisos extremamente pertinentes ao considerar determinantes alguns cuidados de práxis teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, por estarmos pondo sob análise a sociedade brasileira, e nela o que poderia considerado “grupo identitário” é simplesmente a maioria demográfica do país, seja durante o longo período escravocrata, onde se situa a maior parte do tempo histórico vivido por esta sociedade, seja mesmo na atualidade. Portanto, se é uma “Questão” trata-se de verdadeiro nó górdio da cultura nacional. Ou seja ainda, as circunstâncias a envolver tal historicidade têm a ver com transformações as mais profundas da sociedade. Sem elas não se poderá explicar cabalmente a história do país, pois estamos falando de momentos tais como a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, do imigrantismo, dos modelos de desenvolvimento, dos projetos de hegemonia política, da densidade e originalidade da cultura brasileira – eis o leque temático de que tratará o presente estudo, tomando por base, fio condutor, a condição histórico-sociológica do meio social negro a fim de avaliar em que medida, a partir dessa singularidade, foram possíveis projetos originais de Brasil.



Partimos, portanto, do suposto pelo qual a história por memória e monumento visíveis ao longo do tempo criou um meio social negro no país, o qual justo pelas idiossincrasias dessa singularidade, a partir dela, pode oferecer uma práxis de conhecimento igualmente singular, capaz de criar alternativas em idéias, em ações, em estética diferenciadas ao devir da historicidade brasileira – consubstanciando-se em extraordinário legado ofertado aos destinos da nação.

Outrossim, temos de balizar nossa perspectiva teórico-epistemológica (em teoria do conhecimento). Como já consagrado pela historiografia o 13 de maio de 1888 tem por significado profundo representar a conclusão de uma transformação mais ampla na sociedade brasileira, transformação de cunho estrutural, em termos econômicos, políticos ou de formas de consciência social. Se fôssemos usar uma expressão no sentido de Fernand Braudel, diríamos que a data consagra o fim de um período de longa duração – no caso da sociedade brasileira, de mais de 350 anos. Com isso estamos tentando dizer que a história como disciplina é passível de compreensão ou explicação por meio de conceitos teóricos, como quaisquer outras ciências. Tem, por isso, objeto específico a ser estudado, com existência em si, até certo ponto independente do sujeito (o historiador) que busca conhecê-la: a sociedade humana no tempo. Esse objeto é relacionado a fatos já ocorridos, posto que por excelência a história busca conhecer o passado – daí trabalhar a “leitura” prospectiva em face da época em si mesma.

O refinamento e extensão do relato prospectivo (ex post) do narrador analisa o passado com a capacidade de correlações e deduções invisíveis ou inalcançáveis às pessoas de época. Neste sentido, retrospectivas e antecipações na vida real podem se realizar no relato ex post. Consideramos assim que por não se constituírem em meras ficções, mas ao inverso, possuem existência real, os relatos ou narrativas do passado consubstanciam e legitimam os textos ou narrativas históricas. Os quais, por sua vez, se apresentam não como mera deturpação necessária sobre o que falam e analisam: também eles (os textos históricos) são uma extensão legítima das características intrínsecas daqueles. (Siqueira, 2007, p. 105) Portanto, malgrado a complexidade, o caráter muitas vezes aleatório e de grande imprevisibilidade, a dinâmica histórica pode possuir regularidades disponíveis à compreensão.





Tal perspectiva epistemológica relativiza posições em teoria que estão a impossibilitar qualquer objetividade ao conhecimento produzido em história. Da mesma forma, estamos relativizando posições teóricas diante do que seria uma incongruência original dessa disciplina, pois não haveria possibilidade lógica entre o passado (tido como um “ausente”) e a contingência de seu conhecimento – não se conheceria algo que não existe mais. Neste sentido, a historiografia estaria fadada a ser uma “ciência do espírito”, pura e simplesmente da “interpretação”, descolada da realidade. Tal proposta pode levar subjetivismo radical dos historiadores – no limite, ao niilismo. Os historiadores, por assim dizer, estariam infensos, deduz-se, à pertinência lógica das provas e contraprovas e às conseqüências epistemológicas de suas escolhas. (Siqueira, 2013, p.161-162)

Ainda, por inferência, partimos aqui de perspectiva contrastante em termos de como conceber a possibilidade teórica do conhecimento em história. Procura-se, dessa forma, trabalhar o real por meio de conceitos e categorias de análise – aqueles parciais, restritos a determinados aspectos do real, mas também os gerais, referentes a questões universais (a exemplo do que se faz também em Psicanálise, na Linguística, na Física, mesmo quântica, para ficarmos até aí restritos) – capazes de dar conta, em síntese, da multidão dos fatos “únicos”, “singulares”, os quais, reiterados, possibilitam a análise qualitativa. Consideramos que não se deva abdicar da possibilidade de lidar com a exegese de paradigmas científicos que buscam essa dimensão dos conceitos teóricos. Ainda que se tenha em mente a necessária humildade resultante da constatação das insuficiências de todo e qualquer modelo explicativo - um *non sequitor*? (Siqueira, 2013, p. 162)

Daí porque este estudo, à feição de Annales, à feição de Lucien Febvre em *Combates pela História*, parte de uma indagação, de uma hipótese de pesquisa, consoante a qual a existência humana em sociedade ser plausível de conhecimento objetivo dadas as regularidades disponíveis à compreensão. Esta é a nossa questão, para além do teórico epistemológico, dada agora no plano teórico metodológico – como comum na práxis científica.



## O LEGADO À SOCIEDADE BRASILEIRA PELA CONDIÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DOS QUILOMBOS

*Ó Deus salve o oratório  
Onde Deus fez a morada, Oiá meu Deus  
Onde Deus fez a morada, Oiá  
Milton Nascimento, 2018.*

Janeiro de 2018. Sete de janeiro de 2018. O jornal O Globo, de 07 de janeiro de 2018, domingo, o 1º do ano: no Brasil, numa só região, mais que região!, o cultivo da cana de açúcar e a produção sucroalcooleira movimentam cerca de R\$100 bilhões anuais. Trata-se do que já é apelidado de o 28º estado da federação impossível de caber num só: as fronteiras móveis entre o Paraná, o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Terras de cerrado e mata atlântica – em termos de Brasil e mesmo, convenhamos, de planeta, não é pouca coisa, pois estamos todos juntos e misturados.

É o nosso sertão e suas veredas, o nosso grande Oeste. Talvez seja essa mais uma das nossas “marchas” para o Oeste, após aquela do Marechal Cândido Rondon, dos Tristes Trópicos de Levy-Strauss, do Grande Sertão. Veredas, de Guimarães Rosa. A primeiríssima delas naquela direção deu-se certamente ainda no século XVIII, consagrada pelo Tratado de Madri de 1750, quando assombrosamente já se definia os grandes contornos do mapa do futuro país – eram tempos hoje remotos, mas eram de uma época em que os homens (e as mulheres) eram de ferro.

Dessa forma, o país recupera ainda uma vez o feito dos longos períodos entremeados de maior produtor mundial de cana-de-açúcar, posto já alcançado no incipiente mercado ocidental da segunda metade do século XVI – Pernambuco à frente. Novamente nos tempos atuais somos o maior exportador mundial do complexo sucroalcooleiro. A região referida inicialmente concentra, por sua vez, 80% da produção nacional, emprega cerca de 5 milhões de trabalhadores e apura, como dissemos, cerca de R\$100 bilhões anuais – cifras, no atacado, a evidenciar a enorme lucratividade do negócio.

Tudo mudou desde então. Ganhos de produtividade à frente, restam as permanências: a terra é a mesma, a cana é a mesma, o homem é o mesmo, mas não na maneira de fazer, de se relacionar com o direito e a natureza, e mesmo de amar. Lá se fora o tempo do bangüê, do trapiche, do engenho e, mesmo, dos malfadados engenhos centrais. Lá se fora os tempos da enxada e da foice, do vapor como energia básica.

Mudaram radicalmente (na raiz) as relações sociais de trabalho, as culturas e visões de mundo que as acompanhavam. Os avanços tecnológicos à busca da alta produtividade – leia-se da otimização dos fatores rumo aos lucros sonantes – alcança patamares inimagináveis a 50, 60 anos atrás. Fruto dos investimentos maciços em pesquisa e inovação tecnológica lamentavelmente em larga medida realizado no exterior, em países europeus e nos Estados Unidos. Alguém deveria entender mais de cana-de-açúcar do que o Brasil? É certo que a globalização é irreversível, mas as novas rotas tecnológicas não exploradas – a exemplo do etanol celulósico, da agro-energia -, devam manter atentos, como política de Estado, a atuação da sociedade brasileira no setor, invertendo a situação, tornando-se mesmo exportadora de ganhos em tecnologia e saberes.

Esses capitais, a lógica de sua reprodução, impregna o cultivo, o processamento, o armazenamento e a distribuição majoritária do setor sucroalcooleiro no país. Esta amplitude de ramificação das empresas organizadas em holdings (quando um escritório central comanda diversas e diferentes atividades empresariais, incluindo as financeiras), ao ter matrizes nos países de capitalismo desenvolvido, inibe a realização de investimentos endógenos, saídos das demandas da sociedade brasileira rumo à integração mais homogênea de compatibilização do estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas e culturais com o resto do mundo. Sem resolver adequadamente este impasse (e outros da mesma natureza) jamais sairemos da condição de coadjuvantes e suas mazelas. E o berço esplêndido pode não ser mais.

Os ganhos de produtividade nessa lógica inexorável e avassaladora acelera a utilização de todos os fatores (inclusive e em especial o humano) do cultivo da terra à produção, armazenamento e comercialização; encurtam-se os períodos de corte exigindo mais e mais da terra e seus recursos; visa-se o mínimo possível da contratação de trabalhadores dada a automação crescente de fim febril quase exclusivo, mesmo considerando a ramificação do negócio em empresas e atividades de cunho urbano, eis o reino da monocultura moderna. Daí surgirem, quase do nada, cidades “rurais” de porte médio ligadas aos desdobramentos do complexo sucroalcooleiro. Os trabalhadores que ficam são altamente bem preparados para as funções apoiadas na informação, certamente comparativamente muito bem remunerados, proporcionando, à sua vez, altíssimos ganhos de produtividade. Sem dó, nem piedade (e muito menos sem o debate democrático envolvendo todas as partes, algumas delas às vezes muitíssimas vezes mais

antigas e por vezes mais sábias que eles), é também avassalador o processo de extinção da economia camponesa de pequenos, médios, até mesmo fazendeiros, comunidades quilombolas e indígenas, antes destinadas à produção de alimentos: a usina tende a imperar na monotonia dos campos.

Terra de serrado e mata atlântica. Ainda uma vez, comunidades quilombolas forçados a migrar rumo ao deus dará. Mas não há as disposições transitórias da Constituição de 1988, garantindo-lhes a propriedade ancestral da terra? Ou o país não é pra valer? Essa é a melhor maneira de resolver as coisas rumo à civilização? Ou não é a civilização o rumo? O respeito ao ser humano e a harmonia com a natureza? E a maldição que o tempo irá trazendo?

E o lençol freático do serrado? Assemelhando-se às portentosas savanas africanas (afinal, foi tudo um só), onde não chove tanto, mas onde tesouros imensos esperam o encontro com um homem minimamente civilizado, a flora e a fauna da região do cerrado e da mata atlântica são riqueza inclusive antropológica cujo destino não pode ser decidido por poucos, por mais inteligentes e salvadores que pareçam. O sertão é de uma tristeza que até alegra, de belezas sem dono; mangabas, araras como panos em azul e vermelho, garças, jaburus, marrecos, patos-pretos. Sertões de ariranha, de urutu que dá o bote, jararaca acuada; sertão de lágrimas-de-moça, são josés, de buritizal. De emas, veados, seriema, antas, de onça; de chapéu de palha de ouricuri, de chá de jurema, olerê olará. De meio sarará que ainda falam a língua da costa. O sertão é sozinho, mundo se envelhecendo. A Mata Atlântica dos coronéis sabemos muito bem o triste fim: a devastação egoísta e irresponsável antes de ter sido conhecida, o arcaísmo como projeto de futuro.

Como toda boa reportagem jornalística, O Globo oferece espaço também para a posição das empresas. Ironicamente denominada UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) a maior delas, multinacional, atua em regiões de baixo custo na América do Sul, África do Sul, Europa Oriental, Índia e Austrália; opera, por sua vez, em regiões de alta demanda a exemplo da Ásia e do Oriente Médio. Cita-se então os planos de zoneamento organizados pelo governo federal a proteger áreas de proteção ambiental, a não utilização do aquífero subterrâneo da região, dito Guarani, de inestimável valor para o futuro presente; medidas de apoio às comunidades “tradicionais” (é necessário descontaminar de preconceitos esta expressão) expulsas pela monocultura, o estar em



acordo com este instrumento fundamental de soberania que são os marcos regulatórios. O que se tem de certo é que a expansão continuada dessa produção baseada na ampliação da área monocultora plantada deverá ser incompatível com a preservação dos biomas e da sustentabilidade ambiental e humana.

O estado das artes está a nos indicar a recorrência da perenidade do hoje e do amanhã da existência de comunidades negras e remanescentes de quilombos tanto rurais quanto urbanas, fenômeno, portanto, de mais de quatro séculos. Hoje, a produção histórica, sociológica, antropológica, artística encontra-se sobejamente desenvolvida entre nós; mesmo a dimensão ontológica do humano-afro-brasileiro encontra uma reflexão instigante, original. No referente à historiografia, resultante de longos anos de pesquisas e publicações nacionais e internacionais, o livro *Mocambos e Quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil*, de Flávio dos Santos Gomes (2015), nos oferece em detalhe os caminhos pretéritos e atuais, nacionais e atlânticos, as tendências as mais abrangentes dessa produção acadêmica.

Muniz Sodré, pioneiro, trabalha a questão ontológica do humano-afro-brasileiro na forma assim de um pensar nagô (2017), contraposta à exegese da ontologia e filosofia ocidentais. Nele, são então debatidas temas como o pretenso espírito universal do mundo, presente em especial na filosofia alemã clássica. Supõe no contraponto dos atabaques um outro paradigma diferencialmente distante do modelo europeu centrado nos poderes da organização capitalista e na racionalidade dos signos. Discute, pois, outro paradigma de configuração simbólica, atestado continuamente na história nacional, de raízes africanas: o *arhé* (tanto acentuado no sentido de aristotélico de “origem”, quanto em “princípio material” das coisas), a alacridade do ser (o *ayó*, como se diria em yorubá), levando-o à aplicação metodológica do que denomina *comunicação transcultural*, para pensar, para além dos essencialismos, a possibilidade do reconhecimento de um pensamento endógeno em formações sociais às quais, por efeito do espírito colonial (a exemplo da Índia, da China, da África), se negou tal possibilidade. Diferença e analogia, paixão de compreender o mundo em sintonia com o ser, revelar novas perspectivas éticas universais do sentir, afro especulativa em essência, ubuntu, comunitária: eis o caminho de sua exegese. Busca na indeterminação como revelada pela física quântica argumento para pensar o que parece na vida sem

determinação racional, sem causa alguma: o mundo não é determinado por condições iniciais, de uma vez para sempre.

Certamente, a reflexão de Sodr e vem de encontro ao que se passa no próprio continente africano, quando vanguardas intelectuais colocam-se diante do que a reflexão filosófica denomina “afrocentricidade”. Tais anos frementes datam dos anos de 1960 e 1970, testemunhada pela efervescência cultural como acontecia em centros universitários em Dacar, Ibadan, Dar-es-Salaam. Fruto resultante das jornadas ensejadas pelas circunstâncias das independências e liberta o nacionais do anos 1950 e 1960, quando o homem africano retoma a condi o incontornável de principal pensador de sua própria civiliza o. A retirar dali, de modo sistemático, todas as implica es. Repensar-se, reinscrever-se como sujeitos da própria existência. Enfrentar de forma revolucionária a hegemonia arrogante e opressiva do Ocidente, restituir   África o orgulho de seu passado, afirmar o valor de suas culturas, rejeitar a assimila o até onde teria sufocado sua personalidade, em busca da civiliza o universal, eis o que lhes impunha o momento.

Daí a interessantíssima reflexão nesse sentido realizada no *L’afrocentricit *, de Molefe Kete, de 1986, em *La crise Du muntu. Authenticit  africaine et philosophie*, de Fabien Eboussi Boulaga, 1977, de *20 questions sur La philosophie africaine*, de Issiaka-Prospere Laley , de 2010; Achile Mbembe em *Critique de la raison n gre*, de 2013; enfim, dos numerosos artigos e ensaios contidos nos diversos números da revista *Pr sence Africaine*, a exemplo do texto de Alassane Ndaw “*Peut-on parler d’une pens e africaine?*”, de 1966, o texto referéncia de Paulin Hountondji, “*Remarques sur la philosophie africaine*” (Diog , n. 71, 1970); os textos da *Revue S n galaise de Philosophie*, etc.

Também a moderna historiografia africana, igualmente fruto das lutas de liberta o nacional e independ ncias, a exemplo da chamada “gera o de 1956”, resultante das jornadas culturais promovidas pela revista e editora *Présence Africaine* e pela Sociedade de Artistas e Escritores Negros, desenvolver  em boa medida este tipo de reflexão t pica de uma ontologia do ser: quem somos nós, de onde viemos, como e para onde vamos? - a exemplo do referente *África Negra. História e Civiliza es*, em dois tomos, de Elikia M’Bokolo. L , a efervescência cultural contou em boa medida



com a participação dos próprios presidentes das jovens repúblicas, como Julius Nyerere, ele mesmo tradutor para sua língua materna de peças de Shakespeare, à feição de Jomo Kenyatta, que concluíra doutoramento na London School of Economics, em tese publicamente elogiada por Malinowski, sobre a etnografia de seu povo, os kikuius, diante da mesquinhez do jugo britânico – Facing Mount Kenya, eis o título do trabalho; a exemplo de Kwame N’Krumah e o Congresso de Africanistas de 1962; Agostinho Neto, Leopold Sedar Senghor...

Resultante de longo processo de maturação, o mais longo da historicidade social brasileira, as comunidades negras e os remanescentes de quilombos produziram história como um ser coletivo, uma inteligência historicamente coletiva, histórias complexas, como no dizer de Flávio dos Santos Gomes, (2015, p. 7), “histórias de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra”. A questão está dada na contemporaneidade. No passado remoto ela abrigou, para além dos africanos e seus descendentes, também comunidades indígenas e uma gama variada dos deserdados da terra, que se misturaram, forjando uma argamassa a mais popular da sociedade; aí sempre esteve o cerne do país. No presente, sua permanência a torna a mais pungente luta da sociedade brasileira por alteridade e cidadania: está em suas mãos, no rumo que estas transformações tomarem, o próprio destino civilizatório do país. Estamos falando de uma das sociedades mais injustamente desiguais do planeta em pleno século XXI, todavia das mais ricas e belas de cultura popular, de marcar singularidade no mundo.

Libertar da pobreza humilhante, distribuir o bem-estar da modernidade e da cultura de maneira mais homogênea significará um novo patamar civilizatório de realizações imprevisíveis. O passado dessa nossa historicidade lhe recomenda bem ao futuro: a sabedoria obtida na escassez, a beleza, para além da dor, obtida na dança.

A história e a sabedoria dos mocambos e quilombos rurais estáveis é a história da fartura da produção de alimentos e aplicação de saberes da mata, dos rios, do mar: mandiocais e casas de farinha, casas de forno; arroz, cana, batatas, carazes, fazimento de salgas, pastoreio, criação de animais domésticos, a pesca; inhame, banana, milho, feijões, favas, amendoim, abóbora, fumo, algodão, fazimento e tingimento de panos. De economia comunitária, muitos desses mocambos duraram décadas, alguns – desconfiasse -, séculos. Muitos jamais tornaram-se conhecidos das autoridades escravistas, com

gerações que nasceram, viveram e morreram sem nunca terem sido escravos. Muitíssimos outros ultrapassaram a Abolição. Já não mais se bota cachorros, como diria um oje do terreiro Agboula de Itaparica, tornado patrimônio cultural do estado da Bahia, ao afirmar que acabar não acaba não.

A Abolição mudou as coisas de figura. Não se têm mais foras da lei evadidos da escravidão, que se auto-destruíra inclusive dada às suas ações seculares de desgaste imprimidas ao sistema. A coisa muda de figura, mas transformou-se à moda republicana no Brasil. Entrou em cena um projeto de hegemonia política, econômica e cultural que se pretendeu à revelia dos afro-brasileiros, dos caborés, cerne do povo brasileiro de então. Os próprios símbolos do novo regime são prova aberrante disso, como tão bem ressalta José Murilo de Carvalho. E perpetuou-se a Lei de Terras de 1850 – os EUA, tão copiado, teriam como resposta o *homestead* -, a Constituição republicana do “progresso”, da “ordem”, da “civilização” de 1891, retirou da Constituição de 1824 a preceito da obrigatoriedade estatal do ensino primário; proibiu-se o voto do analfabeto. Entrou em cena o imigrantismo como projeto de “regeneração da raça”. Na continuidade republicana sequer nos censos econômicos do IBGE a produção dos mocambos e quilombos passa a ser considerada. Para que preto quer terra?

A reprodução reiteradamente multifacetada no tempo dos sistemas econômico-sociais possui também as dimensões política – afeita à organização do poder com sua jurisprudência – e cultural. Inclusive a produzir seus intelectuais orgânicos. No caso do status quo escravocrata, a exemplo dos Códigos Manuelino e Filipino, do arrazoado do jesuíta André João Antonil em passado mais remoto, mas também nos escritos do barão do Paty do Alferes em passado mais recente, quando de sua *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda*.

A lógica dominante tende a produzir a cultura hegemônica que busca legitimar a continuidade da situação e a todos impregnar. Daí negros (pretos e pardos) feitores e capatazes, participantes das tropas de combate ao quilombismo. Daí mesmo os remediados urbanos daquela sociedade possuírem escravos, mesmo quando libertos. Daí a traição, as estratégias da submissão; no limite, a existência de barão negro possuidor de várias fazendas no Vale do Paraíba Fluminense do século XIX, sua residência urbana tornando-se sede da câmara municipal de Petrópolis; Autran Dourado no romance *Os Sinos da Agonia* relata um escravo acabrunhado por não ter cumprido satisfatoriamente





a missão lhe dada por seu senhor para acompanhar e proteger seu filho em intrépida estada em Ouro Preto das Minas Gerais do século XVIII.

Lília M. Schwarcz (1988), em estudo exemplar, demonstra como todas as instituições produtoras do saber no Brasil entre 1870 e 1930 – faculdades de direito, de medicina, institutos históricos e geográficos, museus etnográficos – foram unânimes em operar o falso problema das raças (assim, no plural) humanas; sempre descambando para a inferiorização e a superioridade inatas.

Alastrando-se pela literatura, no Romantismo entre nós inesperadamente iniciado por dois negros de descendência direta na escravidão: Maria Firmina dos Reis, maranhense, professora primária em Guimarães, autora do romance *Úrsula*, de 1853, torna-se a primeira mulher brasileira a publicar um livro - Firmina possui busto no panteão dos heróis maranhenses em praça pública de São Luis representada por uma mulher branca... O outro, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, carpinteiro, fluminense de Cabo Frio, publica em 1843, *O filho do pescador*, publicação feita pela livraria e editora do também negro Paula Brito, tido como o primeiro editor profissional do país nas palavras de Machado de Assis. Todavia, o Romantismo tornou-se prenhe de estereótipos e arquétipos idealizados pela cultura dominante a partir das relações senhor/escravo. Não é isso o que se encontra em José Maria Gomes de Almeida, Galvão de Carvalho, Melo de Moraes Filho, Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo, Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar? Mesmo o Modernismo de riquíssima renovação e atualização da arte brasileira face ao que ocorria no mundo entre os anos 20 e 40 será ainda ele matizado aqui e ali pela estereotipia e os arquétipos constrangedores. A Questão do Negro torna-se verdadeiro nó górdio da cultura nacional.

Todavia, vento que venta lá, venta cá também. Nos anos 30 consolida-se a experiência universitária no país através da USP. Esta trouxera em seu projeto inicial de formação de quadros, no caso das ciências sociais, gentes como Roger Bastide, Claude Levy-Strauss, Fernand Braudel, todos jovens doutorandos promissores. Bastide escrevera em França sobre a influência do judaísmo em Proust, sobre a influência da infância protestante em Gide, sobre o protestantismo em Mauriac: sua tese de doutoramento feita no Brasil será sobre o candomblé de Bahia... Seu primeiro livro aqui publicado, resultante de curso dado na Universidade - onde teve como alunos Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza, Paulo Emílio Sales Gomes, Florestan Fernandes -,

seria sobre a exegese da poesia negro-brasileira... Levy-Strauss, funda a antropologia estrutural com Tristes Trópicos e, com ela, o respeito epistemológico à alteridade do “outro”; Fernand Braudel transformar-se-ia no continuador de Lucien Febvre e Marc Bloch na “escola” de Annales...

A emergência de renovada consciência crítica sobre a questão do negro na sociedade brasileira nos anos 40 e 50 do século XX é tema que arroulou intelectuais, instituições, projetos, criações artísticas e movimentos culturais capazes de lhe dar dimensão nacional – malgrado a relativa escassez de sua vulgarização no interior das grandes massas populacionais, especialmente a dos próprios negros (pretos e pardos); incorpora modernos critérios de análise histórico-sociológicos da situação, a exemplo da relação entre o conceito de classes sociais e etnias. A grande alienação tornou-se, ela mesma, objeto de preocupações, análises e propostas, com a novidade da presença de lideranças originadas do movimento social negro em suas formulações, utilizando expedientes da sociedade inclusiva, tais como a organização de eventos em espaços oficiais, a publicação de livros e jornais, a criação teatral, o estabelecimento de vínculos internacionais, etc. (Siqueira, 2006, p. 12)

A dimensão das comunidades e quilombos urbanos está por merecer estudos a parte. Níveis compatíveis com a modernidade da cidadania ainda é um sonho de milhões, maioria demográfica da nação. Sua historicidade continua, sob vários aspectos, vergonhosa e acachapante, mas a situação não é mais a mesma dos tempos do conde dos Arcos e do marquês do Lavradio, espelha isso sim os seus vencedores no tempo: tombamento de vários terreiros de candomblé Brasil afora, da Pedra do Sal no Rio de Janeiro, do samba, do jongo; o Cais do Valongo tornou-se patrimônio cultural da Humanidade, o reconhecimento das escolas de samba, no maior espetáculo da terra, os afoxés, os maracatus, os bumba-boi (de zabumba, de matraca, de orquestra) proibidos de entrar no perímetro urbano até os anos de 1930; assim também com a extensão circular dessa cultura espreada nas formas eruditas de arte as mais diversas - com a palavra Chiquinha Gonzaga, Heitor Villa-Lobos, Di Cavalcanti, o Samba do Avião.

### REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 5ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.



GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos*. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SIQUEIRA, José Jorge. “Ciro Flamarion e Keith Jenkins: A propósito da concepção pós-moderna em História”. *Vassouras: Revista do Mestrado em História*, v. 9, USS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Entre Orfeu e Xangô*. A emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil, 1944/1968. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

\_\_\_\_\_. Transformações rumo ao capitalismo no Vale do Paraíba Fluminense e o novo lugar do liberto da escravidão. In, SIQUEIRA, José Jorge et alli. *História Urbana*. Memória, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

*Recebido em janeiro de 2018*  
*Aprovado em março de 2018*